



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA 71ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS**

**ONU, Nova Iorque
24 de setembro de 2016**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Excelências

Senhor Presidente da Assembleia Geral
Senhor Secretário-Geral

Senhoras e Senhores

Gostaria de começar por felicitar o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Peter Thomson, e desejar os maiores sucessos no exercício das suas novas funções. É com satisfação que Timor-Leste, uma meia ilha, vê o representante de uma ilha do Pacífico presidir a tão nobre órgão. Estou certo de que conhece muito bem os desafios que enfrentamos quando falamos de alterações climáticas e de gestão dos nossos mares e dos seus recursos.

Quero também congratular o Presidente cessante, Mogens Lykketoft, por todo o trabalho desenvolvido e pelo esforço ímpar na revitalização da Assembleia Geral, tornando-a mais eficaz e eficiente, reforçando o seu papel no desempenho das suas competências definidas na Carta das Nações Unidas e, ao mesmo tempo, realçar o seu compromisso pela transparência no processo de seleção do próximo Secretário-Geral.

E porque esta é a sua última Assembleia Geral quero, ainda, em nome de Timor-Leste e do nosso povo, expressar ao Secretário-Geral Ban Ki-moon o nosso mais profundo apreço por todo o apoio que Timor-Leste recebeu ao longo dos seus 10 anos de mandato.

O seu legado lançou as bases para uma reforma da burocracia, uma reforma das operações de paz, impulsionou iniciativas que puseram à frente os direitos humanos, as alterações climáticas, os refugiados e migrantes. Enquanto símbolo dos ideais das Nações Unidas, Ban Ki-moon, trabalhou por um mundo mais seguro, pelas mulheres e pelos jovens, pelo desenvolvimento sustentável e pela importância do papel da prevenção.

Este revela-se o momento oportuno para que, com a experiência acumulada e com as recomendações apresentadas nos relatórios sobre as Operações de Paz, Arquitetura da Consolidação da Paz e a Resolução 1325 do Conselho de Segurança sobre Mulheres, Paz e Segurança, se ponham em prática mudanças.

A promoção da coerência intergovernamental, o fortalecimento da Comissão de Consolidação da Paz e das parcerias para a sua manutenção são algumas recomendações que vão proporcionar uma melhoria do sistema das Nações Unidas. É necessário que o nosso esforço conjunto esteja à altura de responder mais eficazmente aos desafios com que as nossas nações e os nossos povos se deparam.

Senhor Presidente

Continuamos a ser constantemente confrontados com situações de desigualdade e conflito, que ameaçam a nossa estabilidade e segurança coletivas. Todos sabemos, e Timor-Leste por experiência própria, que as Nações Unidas são fundamentais para o garante da segurança dos povos e dos países no mundo inteiro.

Reiteramos, por isso, a nossa crença nos sete princípios da Carta das Nações Unidas e no sistema multilateral e internacional, cientes de que o mundo continua a precisar de manter a paz e a segurança internacional, a estabelecer relações de amizade entre os países e a trabalhar em cooperação para encontrar soluções para os problemas mundiais e para promover o respeito pelos direitos humanos. E estas só se conseguem se os países forem parte integrante na busca das soluções para os problemas que cada um enfrenta.

Os resultados alcançados por Timor-Leste vieram confirmar este pensamento crítico. Das lições retiradas da nossa aprendizagem queremos contribuir para os sonhos e esperanças de outros países e, através do g7+ e dos princípios do *New Deal*, partilhamos as nossas experiências e conhecimentos com um conjunto de 20 países frágeis e afetados por conflitos.

A integração regional potencia oportunidades de desenvolvimento económico e do bem-estar do povo, contribuindo igualmente para a paz e estabilidade do país e da região. É com base neste princípio que aspiramos à adesão à ASEAN, como oportunidade para materializarmos o sonho do nosso povo e a nossa responsabilidade como parte integrante da civilização.

É no mesmo pensamento que Timor-Leste como membro da CPLP, durante a sua Presidência tem levado ao debate dos seus Estados Membros o conceito de potencial económico resultante desta constelação transregional distribuída pela Europa, África, Américas e Ásia.

Nesse sentido, e em prol do desenvolvimento e da conseqüente melhoria das condições de vida do seu povo, apelamos à necessidade célere do desbloqueio comercial, financeiro e económico por parte dos Estados Unidos da América à República de Cuba.

Senhor Presidente

Sabemos bem a importância da paz para o desenvolvimento e do desenvolvimento para a paz, cunho que aliás foi vincado através do nosso empenho para a inclusão do Objetivo 16 na Agenda 2030, aprovada por todos há um ano.

Não tenhamos quaisquer dúvidas: sem paz e estabilidade não se pode pensar em desenvolvimento e vice-versa!

O conjunto dos novos Objetivos foi traçado para abranger todos os países, de forma a que todos possam gozar de um desenvolvimento sustentável. Timor-Leste, no ano passado, além de ter sido um dos primeiros países no mundo a subscrever os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, juntou-se a um grupo de mais oito países que, através da partilha de boas práticas e de experiências, quer servir de exemplo no que respeita à implementação desta Agenda.

Num ano, criámos um Grupo de Trabalho interministerial que, em colaboração com as organizações da sociedade civil e os nossos parceiros de desenvolvimento, mapeou os

indicadores dos 17 Objetivos e selecionou 20 alvos de forma a que a sua implementação pudesse ser monitorizada através de resultados mensuráveis. Procurámos sensibilizar os nossos parceiros para a importância de harmonizar as nossas agendas e a necessidade de financiamento para alcançar resultados.

Comprometemo-nos, ainda, a organizar uma conferência internacional de alto nível, em março de 2017, para discutir formas de fazer progredir a Agenda 2030 nas situações mais difíceis. Estamos também empenhados em mostrar aos nossos jovens, geração do futuro, o quão importante é o seu papel para atingir estes objetivos, para os quais todos temos de contribuir e sobre os quais todos tiramos dividendos.

Não sendo um exercício fácil, tentámos criar harmonia entre os Objetivos e a planificação das nossas atividades e orçamento dentro do Programa do Governo. Mas não nos ficamos por aqui. Vamos também incluir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na revisão do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento que traçámos precisamente até 2030.

Queremos que o seu impacto na nossa população seja real e que beneficie, a curto, médio e longo prazo, desde o cidadão mais jovem ao mais idoso, desde as cidades às aldeias mais remotas. Já comprovámos por experiência própria que este impacto pode ser alcançado, por exemplo na área da saúde. A saúde é o nosso bem mais precioso, por isso queremos que seja de qualidade, que beneficie e que tenha impacto na nossa população.

Apraz-nos partilhar aqui nesta augusta assembleia o facto de Timor-Leste ter sido, segundo estudos publicados no dia 21 deste mês pela revista “Lancet”, o país do mundo que mais progrediu desde o ano 2000 nas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável relacionadas com a saúde, devido à paz e estabilidade no país e à aposta no acesso aos cuidados de saúde. Associamo-nos, também, à campanha contra a resistência aos antibióticos que, numa ação concertada dos nossos países, vai contribuir para diminuir o número de casos que lhe oferecem resistência e aumentar o número de vidas, humanas ou animais, que beneficiam da sua adequada administração.

Senhor Presidente

O mundo precisa de colocar o bem-estar físico e moral e a dignidade do ser humano acima de qualquer outro interesse. As situações dos refugiados e dos migrantes continuam sem uma solução e a merecer o nosso foco de atenção e apoio. Continuamos a necessitar de uma solução conjunta para pôr termo a esta situação que afeta milhares de pessoas, entre elas crianças. Continuamos a precisar de estabelecer um franco diálogo político e parcerias internacionais para continuar a respeitar os direitos humanos e a assistência humanitária.

Outros grandes flagelos insistem em afligir o mundo. Os conflitos na Síria, no Sudão do Sul e no Iémen, entre outros, estão longe de serem resolvidos. Esperamos que o recente cessar-fogo na Síria represente uma etapa no caminho para a paz e que sejam criadas condições que permitam a chegada de ajuda humanitária junto daqueles que dela mais dependem para a sua sobrevivência. É urgente que juntos encontremos uma solução que garanta o

direito à autodeterminação do povo Saharawi e também que seja encontrada e respeitada uma solução justa para as aspirações legítimas do Povo Palestino.

Senhor Presidente

Timor-Leste, enquanto país que viveu um conflito, conhece bem o elevado preço da guerra e de como devemos tentar evitá-lo a todo o custo, através da diplomacia preventiva e do reforço das instituições do Estado. Para além da nossa contribuição no âmbito da G7+, estamos, também, à semelhança do que já fizemos no passado, dispostos a integrar outros contingentes e poder assim dar o nosso contributo nas operações de paz como forma de agradecimento à comunidade internacional. Pelo nosso passado e pelo nosso presente, Timor-Leste pode servir de exemplo como um país que emergiu de uma situação de conflito para outra em que a paz, a segurança e a estabilidade prevalecem e a todos beneficiam.

Não obstante o facto de os países poderem sair das situações de conflito, existem questões de segurança que continuam a ser uma ameaça às nações. Os atos de terrorismo, e de crime organizado constituem ameaças constantes e preocupantes à paz e estabilidade. Os esforços para o seu combate exigem o compromisso de todos nós, exigem que trabalhemos em conjunto e que encontremos uma solução que perdure.

Timor-Leste tem, através da ratificação de Convenções, reforçado os seus compromissos de contribuir para a prevenção e o combate ao terrorismo e ao crime organizado. O combate ao branqueamento de capitais, ao fluxo financeiro de ilícitos está intimamente ligado ao crime organizado e estamos cientes da importância de, nesse esforço, combatermos também a pirataria, o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos e de armas.

Alguns destes crimes são cometidos no mar ou através dele. E para combater estes crimes e salvaguardar o potencial económico, é preciso também acautelar a proteção das fronteiras e segurança marítima. Para nós, que somos uma nação marítima, o mar tem uma forte importância estratégica. Usufruir do potencial da exploração dos recursos vivos e não vivos do mar é dar-nos a possibilidade de diversificar a economia através de atividades piscatórias, do desenvolvimento do turismo e dos seus recursos não vivos. É chamar a nós o desenvolvimento sustentável, que tem uma dupla valência e que é pensado não só em termos da pessoa humana, mas também em termos ambientais.

Por isso, agradecemos os esforços de Fiji e da Suécia, na organização da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para Apoiar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 sobre oceanos, a ter lugar aqui em Nova Iorque, em junho de 2017.

No que toca ao tema das alterações climáticas, todos os países do mundo se comprometem a “tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos”. Timor-Leste como país insular, é verdadeiramente afetado pelos impactos das alterações climáticas. O nosso compromisso para debelar este flagelo está demonstrado no facto de termos participado ativamente nas negociações e termos assinado, em abril deste ano, o Acordo de Paris que está em processo de ratificação no nosso Parlamento Nacional.

Senhor Presidente

Além desta preocupação global, Timor-Leste enfrenta em acréscimo o desafio de estabelecer direitos soberanos sobre os nossos mares circundantes através da delimitação das fronteiras marítimas.

Embora tenham passado catorze anos desde que Timor-Leste se tornou o centésimo nonagésimo primeiro membro da Organização das Nações Unidas, ainda não temos fronteiras marítimas definidas com os nossos dois vizinhos marítimos, a Indonésia e a Austrália. A delimitação das nossas fronteiras marítimas assegurar-nos-á direitos soberanos e certezas sobre aquilo que nos pertence, asseverando a nossa estabilidade económica – ou mesmo a nossa autossuficiência – e garantindo assim um futuro melhor para o nosso povo e para a nossa nação.

Somos acérrimos defensores do recurso ao diálogo e da resolução pacífica de disputas e acreditamos no sistema multilateral e no direito internacional, onde todos os Estados são iguais perante a lei, independentemente do seu tamanho ou riqueza. E é com base nestes princípios, garantes da equidade entre as nações, que iniciámos discussões com vista a delimitar fronteiras marítimas com a Indonésia, no âmbito do direito internacional, esperando poder fazer o mesmo com a Austrália, num verdadeiro espírito de abertura, transparência e amizade.

Por esta razão, em abril deste ano, Timor-Leste iniciou um processo de conciliação obrigatória – um mecanismo de resolução de litígios no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Este processo, que está a ser posto em prática pela primeira vez, foi concebido especificamente para casos como Timor-Leste, onde está em causa a disputa sobre fronteiras marítimas com um vizinho que se retirou dos procedimentos de resolução de litígios vinculativos nos termos do direito internacional.

A primeira reunião com a Comissão de Conciliação teve início no passado dia 29 de agosto e estamos confiantes que o painel de peritos independentes irá, após análise da posição de cada um dos dois países, contribuir para que seja alcançada uma solução amigável. Estamos convictos que a Austrália, um país de grande importância para a nossa região, responda à altura, participando e contribuindo positivamente para o desfecho de uma solução justa e aceitável por ambas as partes.

Senhor Presidente

Timor-Leste assumiu aqui, em 2015, o compromisso de trabalhar com empenho para, em conjunto, implementar uma agenda transformadora, projetada para "mudar o mundo rumo a um caminho sustentável e resiliente". Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável têm também metas e há que assegurar o contributo de todos para a sua implementação. Neste sentido, gostaria de apelar à busca de soluções inovadoras, ao reforço do espírito de solidariedade, ao esforço coletivo e à importância de agirmos numa forma coordenada.

Para terminar Senhor Presidente, reitero a convicção inquebrantável de Timor-Leste na importância do sistema multilateral, da primazia do diálogo e resolução pacífica de diferendos e conflitos na base do direito internacional, e da preservação da democracia e do Estado de Direito como ingredientes indispensáveis para o progresso dos povos e das nações. Faço votos, também em nome do Povo de Timor-Leste, para que o seu mandato seja repleto de sucessos, porque falhar não é uma opção, pois a humanidade está em urgente necessidade de mudanças que garantam a preservação da sua existência.

Muito obrigado.

24 de setembro de 2016

Dr. Rui Maria de Araújo